

PRÁTICAS INTEGRADORAS DA BIBLIOTECA ESCOLAR AO CURRÍCULO FACE AO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS

Andréia Sousa da Silva
Eduardo Valadares da Silva
Mardochee Ogécime

1 INTRODUÇÃO

A decolonialidade da educação tem sido objeto de políticas e programas específicos no Brasil na última década, notadamente após a adoção da Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das outras populações (UNITED NATIONS, 2019). Deste movimento, as instituições do aparato educacional e informacional do “Estado-Nação” estão cada vez mais conscientes das realidades discriminatórias das populações negras, afrodescendentes e suas culturas. Essas discriminações de inúmeros efeitos nos espectros informacional e cultural decorrem da estruturação da sociedade globalizada pela violência instituinte e destituente dos significados imaginários do projeto civilizatório da modernidade eurocêntrica (CASTORIADIS, 1982; MIGNOLO, 2002).

A consciência emanada deste movimento pressupõe reconfigurar e orientar as iniciativas informacionais e educacionais para o reconhecimento da diversidade cultural capaz de apreender uma emancipação humana na qual vivenciar a cultura e o patrimônio seriam fatores de constituição de um imaginário no qual a história, as culturas africanas e afro-brasileiras seriam representadas.

A questão da decolonialidade da educação e da cultura também está na pauta, em particular por pesquisadores da área da Educação, Ciência da Informação e da Biblioteconomia Escolar cuja abordagem é fundamentalmente crítica, ética e política (COSTA, 2018; SILVA; LIMA, 2018). Iminentemente, a escolarização é entendida como processos e atividades de transmissão de

informação e de conhecimento, aqueles da sociedade majoritária que definem o currículo oficial da escola sem considerar os registros de informação e de conhecimento das culturas africanas e afro-brasileiras, considerados como marginalizados e subalternizados (COSTA, 2018). No entanto, projetar e implementar processos escolares atentos e proativos que decolonializem essa organização social e política de mundo requer ações baseadas no reconhecimento efetivo da igualdade de todos os seres humanos em suas diferenças: pessoal, social, histórica e cultural.

A este propósito, a educação passa ser vista como a chave para um futuro mais inclusivo. Deste critério de justiça social emanada pelos direitos universais à educação, é entendido que juntos devemos “aprender a desaprender para que possamos reaprender e participar” (KERMOAL, 2018, p. 667, tradução nossa). É nesse espírito que a abordagem educacional intercultural está posta como substituto emancipatório da abordagem monocultural predominante. Sua missão é formar alunos e leitores com senso crítico, promovendo seu envolvimento no desenvolvimento de um projeto social igualitário.

A consideração, compreensão e estabelecimento desta filosofia “pluriversalista” definem a abordagem educacional e evidenciam a necessidade de reorientação do pensamento, práticas informacionais, projetos para aperfeiçoar os padrões institucionais de educação, suas áreas fronteiriças e seus dispositivos conexos. Esta abordagem educacional intercultural supõe a construção e disponibilização de informação e saberes plurais que visam superar os preconceitos relacionados à discriminação e ao racismo (GELABERT; PAIRET, 1999). Os fundamentos dessa abordagem estão no reconhecimento e na valorização da diversidade e da multiplicidade de conhecimento, práticas e ações presentes nas atividades diárias da sala de aula e nos diversos espaços e dispositivos de mediação da informação.

Esta resignificação e reconfiguração da educação como aparato de manutenção cultural desafiam tanto as bibliotecas escolares como os seus profissionais no que diz respeito às suas funções pedagógicas e documentais na consecução da sua missão emancipatória que essas circunstâncias os atribuem. Isto pressupõe novas estratégias, técnicas, posturas e práticas bibliotecárias, fundamentalmente

decoloniais, para os novos modos e propriedades da informação e do conhecimento. Pois, nessa relação, as bibliotecas escolares se tornam potenciais unidades e repertórios de ações capazes de influenciar as condições culturais de existência.

Portanto, este capítulo tem como objetivo estudar as práticas integradoras da biblioteca escolar ao currículo face às relações étnico-raciais em ambientes escolares. A revisão sistemática da literatura que abrange o marco teórico, abarca a análise de documentos curriculares da educação básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a identificação dos aspectos que justificam a construção de uma educação antirracista no ambiente escolar. Com exploração do caso em questão, procura-se compreender as práticas desenvolvidas pelas bibliotecas para verificar a presença e/ou ausência de uma correlação com as práticas pedagógicas realizadas no ambiente escolar.

2 POR UMA EDUCAÇÃO A FAVOR DA DIVERSIDADE: ASPECTOS PONTUAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Por anos, a comunidade afro-brasileira lutou por dignidade no campo educacional, buscando reconhecimento, valorização dos seus aspectos sociais e afirmação de seus direitos no que diz respeito principalmente à educação. Foram diversas as críticas aos documentos curriculares e aos próprios projetos pedagógicos de escolas, focando em estereótipos negativos relacionados aos afro-brasileiros e às tentativas de desconstrução do imaginário preconceituoso dos professores que concebiam e caracterizavam o negro como herdeiro de um passado bárbaro e primitivo.

O processo educativo formal se constitui como um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo. Portanto, foi por meio de espaços escolares democráticos e comprometidos com a promoção do ser humano na sua integralidade, nos quais se efetivam possibilidades de desenvolvimento de formação de valores que respeitem as diferenças, que o movimento negro brasileiro, constituído por

políticos, intelectuais negros e coletivos, trabalhou arduamente para a construção de políticas públicas que permitissem a reformulação das diretrizes curriculares. Estas, têm o intuito de criar estratégias pedagógicas que valorizem a diversidade em busca da superação da desigualdade étnico-racial existente na educação brasileira.

No ano de 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639, que alterou a Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, passando a determinar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africanas nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino. Para o cumprimento da Lei nº 10.639/03, alguns documentos significativos foram elaborados. Destacam-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africana que “trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas, oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros” (BRASIL, 2004, p. 10).

Nesse documento, vemos também que as

escolas têm papel preponderante para a eliminação das discriminações e para a emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004, p. 15).

Percebe-se aqui o papel significativo da escola, que trata de promover uma educação pautada em valores que possam promover a emancipação do conhecimento, sendo necessária a construção de uma educação que enxergue a diversidade, que proporcione a instrumentalização de processos que combatam o racismo e que trabalhe para a cessão das desigualdades sociais e raciais. Caberá aos gestores de sistemas de ensino e mantenedoras das escolas e secretarias de educação oferecer às escolas, ao corpo

docente e discente, materiais bibliográficos e didáticos para que a educação das relações étnico-raciais seja desenvolvida de forma abrangente.

É notória a necessidade de uma reestruturação das escolas, principalmente no que tange à presença da biblioteca escolar, que disponibilize no seu acervo, materiais bibliográficos, didáticos e literários, que apresentem aspectos da história e cultura dos afro-brasileiros e africanos que apresentem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver desses povos e outros grupos étnicos. Além de promover atividades culturais e educativas que estejam alinhadas às atividades pedagógicas desenvolvidas na Educação Básica e assim, servir como aporte pedagógico que fortalecerá a presença da diversidade cultural social que constituem o corpo discente da escola.

Vale destacar que esse movimento não pretende “mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira” (BRASIL, 2004, p. 17). Mas, apresenta uma intenção clara da efetivação de uma educação antirracista, mais plural e equânime.

3 INTEGRAÇÃO ENTRE A BIBLIOTECA ESCOLAR E O CURRÍCULO

Considerando a existência de múltiplos olhares sobre o que significa ou se espera do currículo escolar, também é importante trazer à tona uma perspectiva que apostamos ser de maior potência aos processos de aprendizagem, e que por consequência esteja também conectada às políticas de afirmação das diversidades culturais e sociais relacionadas às questões étnico-raciais e das culturas afro-brasileira e africana para que essas sejam tratadas também pela biblioteca escolar de forma integrada ao currículo. Uma visão potente sobre currículo se distingue da prescrição e do conteudismo, mas é recheada de vida e contradições, ou seja, ultrapassam “[...] os documentos-textos escritos, incluindo nesse pensamento-entendimento os diferentes e inesgotáveis processos espaço-temporais vividos” (FERRAÇO, 2011, p. 11) e se aproxima também das relações da cotidianidade.

Para além de documentos prescritivos, é importante considerar as práticas curriculares cotidianas também como políticas de currículo, implicando com isso, não somente questionar as polarizações, mas destacar práticas que estimulem relações horizontais entre os atores envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem.

Um currículo que potencializa o incremento das aprendizagens considera a diversidade de experiências vividas em práticas sociais e culturais a partir das histórias vividas e do cotidiano das práticas pedagógicas vivenciadas nos espaços formais e informais de aprendizagens. Desta forma, o currículo precisa ser visto como um dos norteadores às práticas pedagógicas e um dispositivo para viabilizar a inclusão das múltiplas diversidades existentes também nas escolas e nas redes que partem dela e para ela. Contudo, há que se considerar a importância de a biblioteca escolar, como um dos imprescindíveis organismos de ensino-aprendizagem nas escolas, atuando de forma integrada a um currículo consonante com a perspectiva aqui apresentada. Quando se pensa em uma atuação integrada, é necessário romper com o tradicionalismo, que normalmente associa a localização da informação como a única habilidade a ser desenvolvida pelo trabalho da biblioteca.

Para que esse desafio integrador se materialize é mister a corresponsabilização pelo processo de integração da biblioteca com o currículo escolar. Destaca-se, portanto, que a atribuição de um papel catalizador não recaia exclusivamente sobre um segmento, mas que seja compartilhado por bibliotecários, professores e pedagogos sensíveis à necessidade de se integrar habilidades de uso da biblioteca àquelas presentes nos currículos. Assim, destaca-se a crescente ênfase nas tentativas de inserção efetiva da biblioteca no currículo paralelamente ao incremento de processos colaborativos, conforme já atestavam Lindstrom e Shonrock (2006).

Ainda que sejam latentes os apontamentos e discussões acerca das possibilidades de integração da biblioteca escolar ao currículo e dos retornos positivos que a materialização deste processo pode trazer ao ensino-aprendizagem, há que se considerar as dificuldades que obstaculizam essa realidade nas escolas, como apontado por Burrows et al. (1989): a resistência de professores a mudarem suas metodologias;

limitação da compreensão das potencialidades do bibliotecário contribuir ativamente no processo educativo; e falta de envolvimento de educadores como um todo na execução deste tipo de trabalho. Especificamente no que tange à integração da biblioteca ao currículo tendo como objeto as temáticas atravessadas pelas questões étnico-raciais e da história e cultura afro-brasileiras e africana, esse quadro se agrava mais, visto as resistências ainda impostas ao tema em nossa sociedade. No entanto, há que se destacar experiências de resistência que buscam a transgressão desse quadro, e que se tornam exemplos a serem seguidos por outros espaços educativos como será detalhado mais à frente.

3.1 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS CURRICULARES NO BRASIL

Ao analisar as Diretrizes Curriculares para Educação Básica (DCEC), Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental (BNCC), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Silva (2019, p. 86) observou:

[...] indícios sutis de que [esses documentos] poderiam subsidiar uma maior e melhor integração das bibliotecas aos currículos. Contudo a maior parte deles apresenta um afastamento com relação a essa questão. Uma marca recorrente em todos é a associação direta da biblioteca a um recurso material ou objeto na escola, ainda que importante ao funcionamento dela.

Todavia, o autor acredita que ainda prevalece em tais documentos, uma visão restrita com relação às potencialidades da biblioteca escolar como instrumentos nevrálgicos às aprendizagens dos estudantes. Além disso, Silva (2019) infere, a partir desta limitação documental acerca do papel da biblioteca escolar, que as práticas dos professores, bibliotecários e outros educadores podem se limitar a reboque desta tendência documental, mesmo assim,

acredita-se que “é possível se empreender práticas inovadoras de integração ainda que haja uma limitação presente nos documentos curriculares instituídos no país” (SILVA, 2019, p. 88).

4 A PRESENÇA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Para justificar a presença das discussões e práticas bibliotecárias no espaço da biblioteca escolar, alguns pontos devem ser apresentados. A presença da educação das relações étnico-raciais nos ambientes pedagógicos não se caracteriza apenas como uma política pública para os negros, e sim para todos/as cidadãos/ãs brasileiros/as, dos diferentes grupos étnicos.

Pensando na biblioteca escolar, sua importância para o processo educacional e formação cidadã, de como essa possibilita o acesso à informação, detém um espaço que promove o desenvolvimento de ações educativas através do papel de mediador do/a bibliotecário/a, vale aqui analisarmos de que forma se dá esse processo de mediação. Diante disso, esse profissional

não deve se portar passivamente diante do acervo e sim estar atento e informado a respeito das ideologias e estereótipos que circulam nos diversos suportes informacionais a fim de propor uma reflexão do processo de discriminação racial brasileiro que desqualifica a participação da população negra na construção social (GOMES, 2017, p. 747).

Fortalecendo essa afirmação, é importante que o/a bibliotecário/a tenha a real compreensão da dimensão do negro na sociedade e dos entraves que foram impostos a esses gerando dificuldades à sua inserção social. É necessária a desconstrução da neutralidade, pois essa permitiu/permite que esse profissional atuasse/atue como um mero instrumento ideológico que apenas organiza, dissemina e reproduz informações que estão distantes dos interesses das classes populares.

Por isso que o/a bibliotecário/a deve focar principalmente no seu papel principal, o/a de mediador/a. Segundo Gomes (2016, p. 748):

a mediação da informação pode trazer efeitos positivos ao leitor, caso a/o profissional esteja apta/o a tratar das questões inerentes à valorização dos símbolos e princípios étnico-raciais lançando mão de um pensamento crítico contextualizado na realidade do público ao qual a biblioteca presta seus serviços.

Também, através da seleção de materiais para a constituição do seu acervo, a biblioteca deve disponibilizar um material literário que tenha como foco apresentar elementos que centralizem a discussão étnico-racial no viés cultural, histórico, para promover a produção do conhecimento, a valorização da oralidade e memória, potencializando a mudança de estereótipos negativos atribuídos aos saberes afrodiáspóricos. “É importante que esse olhar apurado da profissão dê visibilidade e voz para a diversidade étnico-cultural, denunciando práticas e materiais de cunho discriminatório, eliminando estereótipos” (GOMES, 2015, p. 749). Vemos que, dessa forma, poderá ser permitido o acesso às informações que, além de empoderar os usuários que pertençam a esse grupo étnico, permitam a todos o conhecimento real dos aspectos culturais e históricos dos afro-brasileiros e africanos.

As práticas pedagógicas do/a bibliotecário/a têm a possibilidade ressignificar a luta e a resistência dos afro-brasileiros. Para tanto, a modificação e ampliação da sua implementação por meio de novas fontes de saber e de conhecimento, em função de uma formação profissional que auxilie na implantação de conteúdo relacionado aos aspectos da cultura e história afro-brasileira e africana são promissoras, desde que alinhadas aos aspectos de uma educação antirracista.

Conforme Cardoso (2015, p. 34),

Uma biblioteca que pretenda ser democrática precisa assumir a diversidade étnico-cultural do contexto em que está

inserida; analisar criticamente os conteúdos e imagens estereotipadas dos negros e também identificar as histórias silenciadas; recuperar, preservar e disseminar a memória da população negra, possibilitando aos usuários da biblioteca o convívio com a diversidade cultural.

Nessa perspectiva, visando o desenvolvimento de ações educativas no combate ao racismo e ao fortalecimento da educação antirracista no ambiente escolar e também na biblioteca escolar, o trabalho do/a bibliotecário/a deve abranger temáticas que possibilitem o desenvolvimento de ações que promovam a equidade racial e social dos afro-brasileiros. Vale destacar que com a instituição da Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes, vimos a necessidade do estabelecimento de algumas ações como por exemplo a produção de livros que abordem a temática étnico-racial, pois a inserção da literatura sobre os aspectos da cultura africana e afro-brasileira tem função significativa nos processos educativos. Fontes (2019, p. 85) ressalta que

[...] podem ser desenvolvidas na biblioteca escolar ações que envolvem toda diversidade étnica estética e artística existente no ambiente escolar. Precisando de atenção por parte dos educadores sobre conteúdos existentes nos textos e materiais didáticos, além de abrir o espaço da escola, especificamente da biblioteca, para os movimentos sociais artísticos, entre outros, que compõem a comunidade escolar.

Em se tratando dos aspectos técnicos que envolvem as práticas bibliotecárias (seleção de materiais, classificação, catalogação, indexação, disseminação, dentre outros), conceituadas por Cardoso (2015), Gomes (2016) e Fontes (2019) como ações educativas, é necessário compreender que essas estão relacionadas a um contexto que não podem estar desvinculadas das relações sociais (étnicas, culturais, de gênero e de classe).

Dessa forma, exigem do/a bibliotecário/a uma postura ética e um pensamento crítico que possibilite a ampliação do

seu olhar sobre o local onde atua, a construção da real democratização do acesso à informação que atenda às necessidades informacionais de todos os seus usuários, sem discriminações e manutenção da presença de saberes apenas eurocentrados. Ou seja, uma mudança das práticas visando uma decolonialização dos saberes que possam aproximar tanto o/a bibliotecário/a quanto os seus usuários da história e cultura afro-brasileira e africana.

5 METODOLOGIA

Esse estudo teve como objetivo identificar o processo de integração entre a biblioteca e o currículo escolar para verificar a presença (ou ausência) de práticas desenvolvidas no âmbito da biblioteca escolar que representam aspectos da história e culturas afro-brasileiras e africanas, presentes na Lei n.º 10.639/2003.

Para tanto, o universo de estudo inicial foram as bibliotecas escolares de quatro instituições de ensino, da rede pública e privada, localizadas nos municípios de Florianópolis (SC) e Belo Horizonte (MG). Os critérios usados para selecionar as escolas foram: escolas que tivessem bibliotecas escolares e bibliotecas escolares gerenciadas por bibliotecários. Todavia, devido ao fato de esta pesquisa ter sido realizada durante um período crítico de isolamento social gerado pela pandemia da COVID-19, e por consequência, suspensão de atividades presenciais em todas as escolas do país, surgiram diversas dificuldades em termos acesso aos profissionais que teriam suas práticas a compartilhar. Dentre as principais dificuldades encontradas, destaca-se que os bibliotecários que se disponibilizaram a participar não tinham em mãos os projetos por eles desenvolvidos nem outros documentos necessários para responder a entrevista, pois os mesmos se encontravam retidos nas suas escolas.

Diante desse quadro de exceção e visando garantir a finalização desta pesquisa, foi necessário reduzir o universo de estudo a um bibliotecário da rede privada do município de Florianópolis (SC) e uma bibliotecária da rede pública municipal de Belo Horizonte (MG), pois os mesmos dispunham das informações em mãos para fornecerem nas entrevistas. Por se tratar de uma abordagem qualitativa, a não adoção de uma amostragem ampliada não gerou prejuízos ao estudo,

pois as características de atuação do sujeito pesquisado contribuem com o que se objetiva visibilizar neste estudo. Segundo Williamson (2006), a lógica desse tipo de amostragem, explora casos ricos de características que permitam um estudo relacionado ao propósito da pesquisa. Para a realização desse estudo, foram delimitados alguns aspectos metodológicos, conforme apresentados no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Aspectos metodológicos presentes na pesquisa.

Aspecto	Descrição
Natureza	Exploratória
Abordagem	Qualitativa
Procedimento	Documental
Instrumento de Coleta de Dados	Entrevista semi-estruturada via <i>Skype</i>

Fonte: elaborada pelos autores (2020).

A partir do Quadro 1, realizou-se uma análise documental e bibliográfica por meio de documentos curriculares relacionados à educação e especificamente à educação das relações étnico-raciais nos ambientes escolares.

6 APRESENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INTEGRADORAS NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Para evidenciar como são realizadas as práticas integradoras entre biblioteca e o currículo escolar, foram analisadas informações compartilhadas por dois bibliotecários/as, por meio da realização de uma entrevista semi-estruturada composta por questões abertas que nos permitiram coletar dados para conhecermos como se dão as práticas realizadas no ambiente escolar.

O primeiro entrevistado, denominado nesta pesquisa pelo pseudônimo *Cândido*, atua há oito anos como bibliotecário escolar na mesma instituição, na qual tem conquistado ao longo desse período um reconhecimento que

lhe permitiu tornar o espaço da biblioteca em um importante centro de aprendizagens. Dessa forma, tem sido possível oferecer serviços e produtos de informação necessários ao desenvolvendo de atividades condizentes com as demandas informacionais de seus usuários.

A segunda entrevistada, denominada pelo pseudônimo *Antonietta*, atua no campo de biblioteca escolar há aproximadamente 23 anos, sendo que desse período, já é servidora pública da Prefeitura de Belo Horizonte há 20 anos, tendo passado por diferentes escolas e participado da coordenação da rede de bibliotecas escolares do município. Para identificar as práticas desenvolvidas por esses profissionais, foram apresentadas quatro questões centrais que guiaram as entrevistas, e as compartilhamos a seguir.

O primeiro ponto levantado diz respeito às práticas integradoras entre a biblioteca e o currículo da escola. Percebem-se, em ambos os casos, importantes indícios do intuito de promover práticas integradoras considerando que a participação do bibliotecário nas reuniões pedagógicas é constante. Nesses momentos coletivos, observa-se que o currículo escolar é discutido pelos sujeitos envolvidos, independentemente de serem professores ou bibliotecários, o que propicia o planejamento de práticas pedagógicas que podem contar com a participação da biblioteca em seu desenvolvimento. A partir desses encontros, torna-se possível que todos os educadores da escola pensem em atividades que também valorizem e reconheçam a importância da ação biblioteconômica nos processos de ensino-aprendizagem.

Tudo que faço na biblioteca, tem relação com as reuniões pedagógicas que eu participo com os professores. Uma vez por mês, todos os segmentos, Fundamental 1, 2 e Ensino Médio. São três reuniões por mês que eu participo, que ali que o me interajo com os assuntos que estão sendo trabalhados nas salas e com as turmas. E aí eu busco promover a parceria de ligação de sala de aula-biblioteca, mostrando aos professores que eu tenho material para trabalhar, que eu posso estar colaborando na pesquisa de desenvolvimento de trabalho

*e trazendo às vezes palestrantes externos ou profissionais pra tá mostrando para eles, de forma mais prática o assunto. **Cândido***

Percebe-se que a base de integração está mais focada na disponibilização de materiais ou na viabilização da ida de palestrantes à escola para tratarem de assuntos que estejam sendo objeto de estudo. Acreditamos que ainda há um espaço para ampliação da atuação do bibliotecário como um dos protagonistas, ou seja, desenvolvendo ações diretamente com os alunos e também propondo atividades que demandem o apoio dos professores.

Para *Antonietta*, além da importância de participação dos bibliotecários nas reuniões pedagógicas, observa-se sua preocupação com relação ao conhecimento dos PPP's (Projetos Político-Pedagógicos) para que se viabilize uma maior integração da biblioteca ao currículo escolar.

*Essa integração só se dá com o diálogo com o professor. A gente tem que estar ciente das diretrizes. Por exemplo, na minha escola não tem o PPP, que é uma pena. Por exemplo, nas escolas aonde ele existe, a biblioteca tem que estar sintonizada com isso, com que rege, com o que o PPP está regendo. **Antonietta***

Chama atenção no fragmento anterior, a percepção da necessidade de as escolas elaborarem seus PPP's, uma vez que esses documentos, ainda que tenhamos a clareza que não conseguem refletir totalmente as vivências e diretrizes dos espaços escolares, caracterizam-se como marcos referenciais que se propõem a buscar sistematizar e tornar oficiais as perspectivas teóricas e práticas que as escolas adotam, bem como por serem instrumentos que demarcam o papel da biblioteca como uma das protagonistas do processo educativo.

A segunda questão discutida, diz respeito ao conhecimento desses bibliotecários com relação a Lei nº 10.639/03, como tomaram conhecimento dessa legislação e a opinião deles sobre a lei.

Observa-se que ambos têm conhecimento da Lei, contudo de formas distintas. Para *Cândido*, a oportunidade de

se inteirar sobre essa legislação, deu-se por meio da participação em uma formação continuada externa à instituição que ele atua como bibliotecário, mas não houve um aprofundamento para além deste contexto exógeno como se evidencia a seguir:

*Então, essa lei eu tive contato com ela muito de forma tímida na especialização em bibliotecas escolares pela Federal que foi apresentado no tópico dentro da disciplina que eu não me recordo exatamente o nome. Mas, eu não mergulhei propriamente sobre a Lei mas sei que existe, enfim só só isso. Acho importante, acho bem importante a propagação da Cultura né. **Cândido***

Para *Antonieta*, foi oportunizada pela própria instituição que ela atua, uma formação em serviço, não só para os bibliotecários, mas para todos os servidores por meio de um curso elaborado por um Núcleo especializado em promover o diálogo sobre a temática afro-brasileira na rede de ensino público municipal de BH.

*[...] a secretaria municipal aqui de Belo Horizonte, instituiu um núcleo que se chamava, que se chama ainda, Núcleo de Relações Étnico Raciais e de Gênero. Então a partir da promulgação da Lei, a secretaria de educação, ela instituiu esse Núcleo com professores ligados à temática né, professores advindos das escolas e especialistas na questão étnico-racial, pra poder levar essa temática a todas as escolas. **Antonieta***

Esse tipo de medida institucional oportuniza que o coletivo de educadores e técnicos tenha acesso a uma visão crítica sobre o tema, e que esses, a partir de suas prévias experiências para além do ambiente escolar, desenvolvam uma visão que poderá ser compartilhada na relação com os estudantes, como podemos perceber na fala de *Antonieta* que demonstra possuir uma percepção potente sobre a temática afro-brasileira e africana.

*Na verdade ela preenche uma lacuna que tinha na nossa história, e no nosso entendimento, na formação do povo brasileiro. Porque a história do Brasil era apenas centrada nos Europeus, era eurocentrada, ela coloca de lado as outras contribuições, e especialmente do povo negro, porque veio escravizado, foi sequestrado. **Antonietta***

Com relação às atividades realizadas pelas escolas na quais os entrevistados atuam, com vistas a fortalecer a Lei nº 10.639/03, e especificamente sobre a forma de colaboração das bibliotecas nessas atividades, fica evidente no contexto de *Cândido*, que há disciplinas específicas que desenvolvem práticas pedagógicas visando o fortalecimento da presença dos aspectos da cultura e história dos afro-brasileiros e africanos.

*A professora de artes tem uma pegada muito cultural, ela pega os assuntos e faz com que os alunos se apropriem daquele assunto de várias maneiras... assim então de forma artística, teatral na forma de cartazes, de pesquisas. E é aí que a biblioteca entra, com a parte teórica e a professora, com a parte prática. **Cândido***

*Na história, né pelo fato da influência do negro na história ser bem marcante. Na aula de arte porque ela ela tem uma pegada, assim sabe como é que é, profundamente nessa lei exatamente. E a Literatura, a partir do nono ano, e daí eles começam a mergulhar sobre literatura brasileira, de autores negros, eles fazem pesquisas. **Cândido***

Vê-se, nos fragmentos anteriores, que a arte, por meio da realização de atividades culturais, na literatura e na história que esses aspectos estão mais destacados e a forma que se dá o envolvimento da biblioteca: por meio da disseminação da informação, a partir da disponibilização do material bibliográfico que constitui o acervo da biblioteca.

No que diz respeito às etapas do ensino, percebe-se que *Cândido* tem um envolvimento mais efetivo com as turmas compostas por alunos entre seis e 10 anos idade, visto que as atividades são de responsabilidade do próprio bibliotecário, o que pode lhe permitir propor de forma mais autônoma e proativa o que ele desenvolverá, contando com o apoio dos professores.

O Fundamental 1, que são uma vez por semana aula na biblioteca e daí sou eu o responsável. No Fundamental 2 e Médio, a cada 15 dias. Então aí eu pego um gancho de um assunto que estão trabalhando, por exemplo sobre Literatura afro-brasileira, aí eu subdivido os temas para cada grupo, para cada mesa, digamos assim, e cada mesa trabalho um assunto específico e daí, eu pego gancho e trago para minha aula.
Cândido

Nas experiências vivenciadas por *Antonieta*, observa-se uma concentração de atividades relativas ao objeto da Lei, no mês de novembro, quando se celebra nacionalmente o mês da consciência negra. Para a bibliotecária, seria importante que essa discussão se expandisse por todo ano.

*No histórico dessa criação desse Núcleo, eles montaram kits de literatura afro-brasileira, para serem mandados para todas as bibliotecas das escolas públicas municipais. [...] a utilização desses livros como apoio para as atividades em sala de aula, quanto para quando o professor nos solicita apoio para trabalhar essa temática, então infelizmente em momentos específicos, só por exemplo em novembro, maio eventualmente, mas é muito pouco. É mais no novembro negro mesmo né... **Antonieta***

No que diz respeito às atividades propostas pela biblioteca, *Antonieta* afirma que tem condições de implementar atividades autônomas, e com isso, ao longo do ano, viabilizam-se dinâmicas dos mais variados tipos, seja na exposição do acervo da biblioteca relacionado ao tema da Lei,

seja por dinâmicas mais interativas como contações de histórias.

*Além disso tem as iniciativas que são da própria biblioteca, independente do trabalho do professor, que é por exemplo a exposição de livros naquela temática, exposição física mesmo dos livros, e até um trabalho que às vezes foram enviados para gente. Então a gente faz contação de histórias, de autores negros, com a biografia de autores negros, conta histórias africanas... **Antonieta***

Além da aproximação com professores de componentes curriculares tradicionais, *Antonieta* se aproxima das atividades extras, como as desenvolvidas pela equipe de Educação em Tempo Integral, com dinâmicas que lançam mão da percussão como um mecanismo de aprendizagem mais lúdico e participativo. Destacamos no trecho a seguir, a visão da bibliotecária com relação ao seu papel autônomo e sua contínua tentativa de se integrar ao currículo escolar por métodos menos convencionais.

*Então eu acho que essa autonomia da biblioteca propor trabalhos eu acho interessante. [...] eu propus para a escola de a gente fazer uma exposição desses livros, e no começo de cada turno a gente levava os meninos pro pátio e a gente tocava e a gente conversava sobre a questão étnico racial, e as crianças eram convidadas a irem à biblioteca para conhecerem esses livros. **Antonieta***

No que diz respeito a possível não clareza das escolas com relação à Lei nº 10.639/03, foi questionado aos entrevistados quais ações a biblioteca poderia promover ou já promovem, para sensibilizar a comunidade escolar acerca da importância de se inserir atividades pedagógicas relacionadas à Lei em questão.

Na percepção de *Cândido*, as atividades integradas aos currículos escolares desenvolvidas pela biblioteca a partir de anseios diversos, expõem um posicionamento que afirma a

necessidade das atividades de fortalecimento da Lei e a aplicação de uma educação étnico-racial serem ampliadas e melhor trabalhadas. Dessa forma, todos os professores podem desenvolver a consciência que a educação precisa respeitar os valores e aspectos que permeiam todas as culturas e histórias.

*Primeiro ponto seria apresentar de forma clara e objetiva aos educadores e aos professores, creio eu que a maioria não sabe da existência da Lei. Então eu podia montar... todo início de semestre, digamos assim, a gente tem uma reunião geral, com professores e funcionários da escola, e aí sempre perguntam quem tem alguma palestra, que tem alguma sala para ser compartilhada. Então, acho que um momento muito válido para apresentação desta Lei. **Cândido***

Para *Antonietta*, as pessoas que atuam na escola sabem da existência da Lei, mas isso não garante que ela seja cumprida, por isso, esse tema precisa ser constantemente colocado em evidência para que não fique em segundo plano. Um destaque importante feito pela bibliotecária, diz respeito ao papel da biblioteca neste movimento, pois ainda que se espere uma atuação protagonista, não se deve esperar exclusivamente do setor essa função, mas sim de todos os sujeitos e organismos institucionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem da escola.

Mas a gente tem que tá o tempo todo lembrando que essa temática é importante. Eu digo isso, porque as pessoas sabem que ela existe, mas eu já tive uma professora de história na escola que não falava nada disso. Uma pessoa ligada a questões de direita, e ela não falava nada disso, simples assim. Então é um trabalho de conscientização, não só da biblioteca, porque eu acho dá essa conscientização só para a biblioteca é um fardo pesado demais né. Mas a gente tem que tá o tempo todo lembrando que essa temática é importante. [...] Então é um

*trabalho de conscientização, não só da biblioteca, porque eu acho dá essa conscientização só para a biblioteca é um fardo pesado demais né. **Antonieta***

Cabe lembrar que nem todos profissionais aderirão a discutir esse assunto, mas nem por isso há que se permitir seu enfraquecimento, mas a constante busca por parceiros dispostos a colaborar na implementação da Lei da forma mais efetiva e crítica possível. Para tanto, é fundamental que os sistemas de ensino estimulem a participação de suas equipes em formações continuadas, principalmente em horário de trabalho, como defende *Antonieta*:

*Então eu acho que isso é importantíssimo. Você não tem que pegar e botar o professor para estudar final de semana, é uma formação em serviço. Então quando a secretaria de educação faz isso, ela está dizendo para os servidores que essa temática existe, e a gente quer que fale dela na sala de aula e no ambiente da escola. Então eu acho que a biblioteca tem um papel fundamental, quando ela consegue ser autônoma e propor essas questões para escola. **Antonieta***

Desta forma, a equipe terá condições de perceber o comprometimento da instituição com essa questão e qual a perspectiva se deseja levar para os espaços escolares e fomentando a continuidade e aprofundamento deste debate entre os educadores.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se fazer a análise das práticas integradoras da biblioteca escolar ao currículo face ao ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras, percebe-se que há, nas bibliotecas escolares analisadas, uma certa consciência de promover práticas integradoras ao currículo cujas orientações são alinhadas às disciplinas de educação artísticas, literatura e história. A conjugação deste esforço se enquadra no movimento emergencial do giro intercultural na Educação, na

dinamização dos acervos para a disponibilização e diversificação da informação e do conhecimento. Nota-se, também, uma tendência de reinvenção e adoção de outras práticas estratégicas que garantem esta articulação das bibliotecas ao currículo e o protagonismo dos seus profissionais para a efetivação desta proposta.

No entanto, é ressaltada uma necessidade de abrangência operacional para materializar efetivamente um movimento que daria um novo lugar à pluralidade dos saberes e às perspectivas multiculturais nas bibliotecas escolares, transformando profundamente as iniciativas institucionais biblioteconômicas: posturas políticas e amplamente desinstituintes, currículos e práticas destinadas a apoiar o êxito e a autodeterminação dos afrodescendentes e afro-brasileiros sendo grupos sociais marginalizados.

A ancoragem do processo geral de decolonização das bibliotecas escolares reside na maneira de conceber estruturalmente as práticas de informação no mundo dos indivíduos colonizados (sejam, neste caso, os bibliotecários, professores e alunos) e não nas do colonizador. Isto remonta às perspectivas de questionar as relações de poder coloniais assimétricas. Pois, decolonizar-se e diversificar significa desconstruir estruturas e abordagens herdadas do colonialismo para construir novas bases que integrem os saberes plurais e a diversidade cultural, a Biblioteconomia escolar deve implicar a criação de estruturas, práticas inovadoras para divorciar com as antigas bases e não apenas adaptá-las às novas realidades advindas das bases funcionais com propósitos de etiquetar necessidades emergentes.

Desta perspectiva, a compreensão ampla e crítica acerca das práticas integradoras da biblioteca escolar ao currículo e seus desdobramentos no âmbito do delineamento do ensino da história e das culturas afro-brasileiras e africanas requerem a urgente reincorporação de um plano nacional estratégico que sustentaria diversas outras práticas biblioteconômicas mais inovadoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-

brasileira e africana. Brasília: MEC/SECAD, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2VdFeAD>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 20 de maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 20 maio 2020.

CARDOSO, Francilene do Carmo. O negro na biblioteca: mediação da informação para construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Trad. Guy Reynaud; revisão de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Joaze Bernardino. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. Revista Sociedade e Estado, v. 33, n. 1, jan./abr. 2018.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Currículo e imagem e narrativa e rede e experiência e diferença e/ou, sobre conversas, encontros e devires. In: FERRAÇO, Carlos Eduardo (Org.). Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Rio de Janeiro: Rovellet, 2011.

FONTES, Sandra Regina. Educação das Relações Étnico- raciais nas Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. 2019. 144f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado

Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

GELABERT, Miguel Ángel E.; PAIRET, Esteve Barandica. Construir la Escuela intercultural: Reflexiones y propuestas para trabajar la diversidad étnica y cultural. Barcelona: Editorial Graó, 1999.

GOMES, Elisangela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

KERMOAL, Nathalie. Le rôle des Universités canadiennes dans la décolonisation des savoirs: le cas de l'Alberta. ACME: An International Journal for Critical Geographies, v. 17, n. 3, p. 651-670, 2018.

LINDSTROM, Joyce; SHONROCK, Diana D. Faculty-Librarian Collaboration to Achieve Integration of Information Literacy. Reference and Instruction Publications and Papers, v. 46, n. 1, p. 19-23, 2006.

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. Duke University Press. The South Atlantic Quarterly, v. 101, n. 1, p. 57-96, Winter, 2002.

QUINTRIQUEO MILLÁN, Segundo; QUILAQUEO RAPIMÁN, Daniel. Educación e interculturalidad: Aproximación crítica y Decolonial en contexto indígena. Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco. 2019.

SILVA, Eduardo Valadares da. O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo. 2019. 166f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Org.). Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018.

UNITED NATIONS. State of the world's indigenous peoples: Implementing the United Nations Declarations on the rights of indigenous peoples. 4th Volume. Department of Economic and social affairs. New York: UN, 2019.

WILLIAMSON, K. Research in constructivist frameworks using ethnographic techniques. Library Trends, Maryland, v. 55, n. 1, p. 83-101, 2006.

